



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

SIGNIFICADO SOCIAL DA PROFISSÃO, SINCRETISMO E ECLETISMO: DESAFIOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Davi Machado Perez¹

Resumo: O presente trabalho consiste em reflexão teórica, aprofundando o debate sobre o significado social da profissão de Serviço Social e seus rebatimentos no âmbito da formação profissional. Aborda-se a tese, elaborada por José Paulo Netto, sobre o sincretismo em suas dimensões profissional, ideológica e “científica”, problematizando os limites do ecletismo e a influência de distintas vertentes do neoconservadorismo no interior da profissão, reafirmando a importância teórico-metodológica e o sentido da teoria social marxista.

Palavras-chave: Serviço Social. Sincretismo. Marxismo.

Abstract: The present work consists of theoretical reflection about the social meaning of the Social Work profession and its repercussions in the scope of professional training. The thesis, elaborated by José Paulo Netto, on syncretism in its professional, ideological and "scientific" dimensions, addresses the limits of eclecticism and the influence of different aspects of neoconservatism within the profession, reaffirming the theoretical and methodological importance and the meaning of Marxist social theory.

Keywords: Social Work. Syncretism. Marxism.

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de reflexões teóricas amadurecidas ao longo de nosso processo de formação e exercício da docência em Serviço Social, buscando aprofundar o debate sobre o significado social da profissão e seus rebatimentos no âmbito do ensino e da pesquisa em nossos espaços pedagógicos. De que maneira dialogamos e nos apropriamos de teorias e concepções advindas de diferentes áreas das ciências sociais e humanas? Qual o significado do sincretismo em suas expressões profissional, ideológica e teórica? Como a teoria social marxista pode continuar contribuindo como ferramenta teórico-metodológica para nossas análises e projeções? Quais desafios estão postos para a formação em Serviço Social diante do avanço de diferentes tendências do neoconservadorismo no interior da profissão?

Para esmiuçar estas problemáticas, resgatamos alguns fundamentos ontológicos presentes em nossas diretrizes curriculares, situando-os na particularidade da sociedade

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual do Tocantins, E-mail: daviperez1987@gmail.com.

capitalista e de suas transformações contemporâneas. Abordamos algumas polêmicas presentes no debate sobre o significado social da profissão, ressaltando também as convergências existentes em ambos os lados do debate. Buscamos reafirmar o marxismo como concepção de mundo e de humanidade, como um método que demanda sempre o aprofundamento e a atualização do conhecimento e que não impede que qualquer tema específico seja abordado a partir de seus pressupostos. Deste modo, apresentamos alguns elementos que consideramos fundamental ter em conta no enfrentamento ao ecletismo, ao neoconservadorismo e na afirmação de nosso atual projeto ético-político e diretrizes curriculares.

SINCRETISMO, ECLETISMO E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A formação em Serviço Social no Brasil obteve importantes conquistas ao longo das últimas décadas. Nos princípios e projeções presentes em nossas Diretrizes Curriculares de 1996, afirma-se a indissociabilidade de seus núcleos estruturantes: os fundamentos teórico-metodológicos da vida social são ponto de partida para o desdobramento dos outros dois núcleos. As categorias ontológicas do ser social, situadas como totalidade histórica na emergência e desenvolvimento da sociedade burguesa, perpassam as particularidades da formação sócio histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional das/dos Assistentes Sociais.

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades. (ABEPSS, 1996).

Quando particularizamos elementos da totalidade histórica em um processo de aproximações sucessivas – que permite rumar do abstrato ao concreto - não podemos desconsiderar as determinações gerais e sua imbricação nas questões específicas analisadas. Esse é o esforço necessário para captar reflexivamente as mediações que operam na realidade e que, quando processadas na mente humana, transpõem, com certos limites, seus elementos ontológicos para o âmbito da reflexão. Afirma-se, então, a totalidade não como soma de partes funcionalmente integradas, mas como um complexo de complexos, constituído por interações recíprocas entre as dimensões singulares,

particulares e universais, expressas no conjunto das continuidades (movimento sincrônico) e descontinuidades (movimento diacrônico) históricas.

A partir do primeiro núcleo das diretrizes, buscamos compreender o trabalho como categoria fundante do ser social - processo de prévia ideação e objetivação em que o ser social, transformando a natureza, desenvolve o por teleológico primário. Entendendo por teleologia uma finalidade, uma intencionalidade que torna a ação humana plena de sentido. Com o desenvolvimento do processo de trabalho surgem os pores teleológicos secundários que constituem as demais formas de práxis e abrangem a interação dos seres humanos com os demais seres humanos: práxis educativa, política, artística, cultural etc. Este conjunto de atividades implica no “desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades e, como tal, desenvolver a liberdade” (ABEPSS, 1996). O trabalho é modelo para as demais formas de práxis e em todas elas, impõe-se a necessidade de conhecer a realidade natural e social em sua concretude e transformá-la teleologicamente através das ferramentas e mediações necessárias.

Na esteira de Georg Lukács, Ricardo Lara (2015, p. 273) sintetiza:

O trabalho *pode servir de modelo* para compreensão dos pores teleológicos sociais mais desenvolvidos, mas nem todos se resumem ao trabalho. Lukács analisa dois tipos de pores teleológicos, de primeira e de segunda ordem. O pôr teleológico primário é a ação humana sobre a natureza, em que o homem a transforma objetivamente, seja para satisfazer diretamente às suas necessidades orgânicas ou mesmo para produzir meios de trabalho. O pôr teleológico secundário tem por objetivo a ação sobre as relações sociais.

A formação em Serviço Social está inserida no bojo dos pores teleológicos secundários, constituindo-se como práxis educativa e política. Essas formas de práxis não podem ser idealizadas e vislumbradas fora dos limites históricos impostos pela parcialidade dos processos de alienação-estranhamento frutos da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista². São ideações prévias e ações teleológicas inseridas nos dois vetores que interagem como contradição viva em toda trajetória do Serviço Social: suas requisições *extrínsecas* e *intrínsecas*.

Para Paulo Netto (2011) a afirmação do estatuto profissional do Serviço Social dá-se mediante um duplo dinamismo: de um lado, sua função socialmente colocada e, do outro, as reservas próprias de força construídas teoricamente e na prática social, tendo relativa autonomia em relação às suas “requisições extrínsecas”. O “sistema de saber” do Serviço

² “A configuração da sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada em suas especificidades quanto à divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes e do saber, em suas relações de exploração e dominação, em suas formas de alienação e resistência. Implica em reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação.” (ABEPSS, 1996).

Social tem, então, sua incidência no campo conflitante desses dois vetores. Este tipo de relação é comum a toda profissão inserida na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa na era monopólica, não cabendo aqui absolutizar nenhum desses dois elementos (sua função própria à sociedade e sua relativa autonomia), mesmo que o “parasitismo” próprio desta sociedade exerça significativa influência no desenvolvimento de cada profissão específica.

Em outras palavras, trata-se de uma polarização entre - o desenvolvimento relativamente autônomo profissional e suas disputas democráticas internas, que desembocaram no atual projeto ético-político e nas atuais diretrizes curriculares; e – as imposições e demandas que o Estado burguês, sob a ordem monopólica e as instituições públicas e/ou privadas, colocam para o Serviço Social. Ressaltando que os referidos vetores conformam uma unidade na diferença, sendo parte constitutiva de um mesmo complexo. O que significa que a institucionalidade é ela mesma contraditória e influenciada também pelos movimentos autônomos da profissão, e o movimento relativamente autônomo da profissão é também ele mesmo, influenciado pelas requisições institucionais do Estado e das instituições privadas sob a ordem monopolista³.

Marilda Iamamoto (2014) se contrapõe à tese do sincretismo elaborada por José Paulo Netto afirmando que a mesma incorreria num fatalismo por não levar em conta a potencialidade da dimensão política no espaço institucional. Concordamos com a importância da mediação política, mas não nos parece que a tese do sincretismo caia no fatalismo ou anule os potenciais da referida dimensão. Reconhecer com realismo os limites do Serviço Social como profissão inserida na divisão social do trabalho, da qual deriva uma inserção objetivamente sincrética em diferentes áreas e campos de atuação⁴, e como necessidade do Estado burguês em uma determinada fase do seu desenvolvimento (a fase monopolista e imperialista)⁵ não significa negar as potencialidades colocadas pela dimensão política da ação profissional.

³ Os dois extremos das concepções “fatalistas” e “messiânicas”, tão bem expostas por Marilda Iamamoto (2013), derivam da não compreensão deste caráter contraditório da institucionalidade profissional.

⁴ Segundo Silva (2013, p. 57) “A departamentalização e a fragmentação da “questão social” em “questões sociais” tratadas por políticas setoriais, sustentam-se na perspectiva da integração social, da redução de disfuncionalidades e da atomização, singularização e individualização de demandas imediatamente identificadas como pontuais, publicizando e desclassificando os “desarranjos” estruturais intrínsecos ao mundo do capital. Sob essa perspectiva, naturaliza-se a ordem burguesa, sua sociabilidade, e o social é reduzido a problemas e disfunções patológicas que remetem os insucessos e sucessos à esfera individual (por mais elaborada que seja a perspectiva aqui considerada)”. Desse modo, a profissão busca a coerção e o consenso ao lidar com os conflitos sociais, e consolida pouco a pouco um tecnicismo que se sustenta na psicologização dos problemas sociais e em fragmentos teóricos recolhidos sincreticamente das Ciências Sociais.

⁵ José Paulo Netto (2011, p. 18) demonstra que o Serviço Social emerge como profissão não apenas como um resultado da “questão social” tomada abstratamente, mas como necessidade de um momento específico do processo de constituição da sociedade burguesa, a transição para o capitalismo dos monopólios. Neste contexto, a profissão adquire “funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura”. A fase monopolista/imperialista do capitalismo, radicaliza as chamadas expressões da “questão social”, com o aumento da miséria, do desemprego e com a precarização das relações de trabalho. Esse contexto coloca ao Estado burguês a necessidade de um profissional qualificado para lidar diretamente com essas expressões da barbárie, na tentativa de atenuar os conflitos decorrentes das mazelas intrínsecas ao sistema capitalista em sua fase monopolista.

Quando, a partir das devidas mediações, conseguimos transitar do singular ao particular e, através do particular, ascender ao universal, logramos contribuir para o complexo desafio de constituição de um bloco histórico que efetivamente crie as condições necessárias à emancipação humana. Isto envolve, a partir da dimensão reflexiva da mediação, projetar mediações que efetivamente direcionem e impulsionem os enfrentamentos da luta de classes no rumo de um projeto de poder que vise o trânsito para além do capital. Sem deixar de considerar as limitações do Serviço Social como profissão e sem superestimar o seu papel parcial como uma categoria dentre outras que compõe a classe trabalhadora.

É nesta perspectiva que encara com realismo as possibilidades de mediação que o Serviço Social oferece na luta por outro projeto societário, que José Fernando Siqueira da Silva (2013, p. 60) vai considerar que não há fatalismo na tese do sincretismo elaborada por José Paulo Netto:

Em que pese a pertinência das observações feitas por Yamamoto (sobretudo em relação à necessária riqueza da “prática indiferenciada” e da possibilidade e necessidade de se pensar o homem e a profissão para além da dimensão alienado-estranhada), não parece que a análise de José Paulo Netto seja imediatamente marcada por um “pessimismo da razão” que engessa o Serviço Social e a atuação profissional, mas por um realismo (marxista) impenitente que não alimenta abstrações. Resumidamente: se por um lado é fundamental valorizar as contradições e as possibilidades de uma profissão (e isso de fato precisa ser tratado com maior atenção), por outro é igualmente importante não nutrir ilusões.

A *autoimagem*, que tradicionalmente o Serviço Social construiu sobre sua afirmação e desenvolvimento, acaba obscurecendo o duplo dinamismo que evidencia suas contradições e seu acirramento nos momentos de fundação, renovação e/ou refundação da profissão. José Paulo Netto (2011) considera que é equivocada a visão que trata de um suposto fundamento “científico” que teria originado o perfil profissional das/dos assistentes sociais. Tal ideia endógena da profissão oculta o seu aparecimento como consequência de uma necessidade da própria ordem capitalista em uma determinada fase de seu desenvolvimento, ocultando os conflitos entre a dinâmica das forças teóricas e prático-sociais próprias do Serviço Social e o seu papel socialmente colocado.

Até a primeira metade da década de 1960, o Serviço Social no Brasil não apresentava no seu interior disputas teórico-políticas com alguma relevância, prevalecendo certa homogeneidade em suas “projeções interventivas” e certa unidade nas propostas profissionais. É a *laicização* que dá as bases para a ruptura com esse cenário, principalmente a partir do golpe de 1964 e a instauração da ditadura aberta de classe, cenário no qual “as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante”. Conjuntamente com a laicização ocorre a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e “a consequente

disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias”, seja no projeto de formação, nos paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc. A laicização abre maior espaço para que a teoria social crítica dispute a hegemonia do projeto político-profissional do Serviço Social, incidindo pouco a pouco no contexto em que se fizeram presentes *a renovação profissional, a perspectiva modernizadora e a reatualização do conservadorismo*, até desembocar de fato na *intenção de ruptura*. (PAULO NETTO, 2010, p. 128).

A partir do processo de “redemocratização” ocorrido ao longo dos anos 1980, em que a sociedade brasileira se oxigena politicamente, culturalmente e teoricamente, o Serviço Social consolida pouco a pouco seu atual projeto ético-político, calcando-se na teoria social crítica. Essa construção, em âmbito profissional, inicia-se na transição da década de 1970 para a década de 1980, e é fruto de uma busca por superar o conservadorismo em suas diferentes expressões, bem como da necessidade de compreender a realidade social em sua dinâmica contraditória e histórica.

É nessa perspectiva de *intenção de ruptura* que “o Serviço Social se insere com maior assiduidade no espaço acadêmico” e a “interlocução com profissionais de diversas áreas do saber (historiadores, filósofos, sociólogos), cria oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento”, emergindo nesse meio a pesquisa “como um dos principais pré-requisitos para a formação e o exercício profissional” (LARA, 2011, p.34). Tem início, então, a interlocução da profissão com a obra de Marx, contato que num primeiro momento se dava de maneira enviesada e com duvidoso rigor teórico. Mais tarde, já na década de 1980, essa interlocução se enriquece, de acordo com Lara (2011, p. 34-35),

[...] com outros pensadores da tradição crítica como Antonio Gramsci, com as abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia; com Georg Lukács, no resgate da *centralidade do trabalho* e dos enunciados ontológicos da obra de Marx; com Agnes Heller, na problematização sobre o cotidiano, os valores e a ética; com E. P. Thompson, na concepção acerca das “experiências humanas”; com Eric Hobsbawm, na contribuição sobre a interpretação marxista da história, além de outros importantes estudiosos críticos do *mundo dos homens*.

Essa mudança de direção “que caracteriza o processo de renovação do Serviço Social brasileiro está relacionada, também, à política cultural e educacional vigente no período”, pois “a cultura que ia se gestando nos meandros da “abertura democrática” recolocou em debate diferentes tendências no âmbito do marxismo” (SIMIONATTO, 1995, p. 83). O Serviço Social se aproxima, deste modo, de matrizes teóricas que colocam os movimentos populares, as lutas de classes e a “questão social” como elementos fundamentais na análise e entendimento da realidade social. As/os assistentes sociais

começam a fortalecer o contato com a teoria crítica, estudando-a com maior profundidade, “com especial atenção para a teoria social de Marx” (LARA, 2011, p. 35).

A concepção de formação profissional que se constitui nesse processo tem uma clara intencionalidade, compreendendo a classe trabalhadora como portadora da potencialidade histórica de superação do atual modo de produção e organização da vida social⁶, construindo um novo projeto societário colocado como *tendência*⁷ futura intrínseca às próprias contradições da sociedade burguesa. A orientação que direciona nossa atuação na busca da construção de um novo projeto de sociedade aparece nitidamente no atual Código de Ética das/dos Assistentes Sociais, que propõe um projeto profissional vinculado à luta por um projeto societário sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

Estes pressupostos de nosso projeto ético-político e diretrizes curriculares enfrentam hoje imensos desafios para sua materialização. No âmbito da formação, o direcionamento imposto pelo mercado e pelo Estado brasileiro através de uma política de privatização e desmonte do ensino superior público, conjuntamente com o incentivo ao crescimento das instituições de ensino superior privadas e do ensino a distância, colocam barreiras para a efetivação de nossas propostas curriculares, apresentando desafios e contradições cada vez mais delicados.

Ao mesmo tempo, crescem também no interior da profissão diferentes tendências do conservadorismo⁸ e do neoconservadorismo. O neoconservadorismo pode se apresentar em sua forma tradicional⁹ ou nas vertentes do neoconservadorismo pós-moderno, que podem inclusive ser mescladas ecleticamente com alguns conceitos pinçados da obra marxiana, embora em muitos casos estes apareçam mais em um sentido weberiano¹⁰ ou neo-

⁶ Para Mészáros (2010, p. 153): “Ou o trabalho é o *antagonista estrutural e a alternativa sistêmica ao capital* – e, nesse caso, “compartilhar a força” com o capital trata-se de uma contradição absurda – ou permanece como a parte subordinada, segundo a própria estrutura (o sempre ameaçado “custo de produção”), do processo de autorreprodução ampliada do capital e, como tal, *sem nenhum poder*. A força efetiva do trabalho na ordem socioeconômica existente é *parcial e negativa*, como a *arma da greve*.”. Os limites objetivos das lutas parciais do trabalho se impõem mostrando que tal parcialidade é insustentável em longo prazo, portanto, apenas “sua força *potencialmente* positiva é de fato sustentável porque, pela sua própria natureza, não se limita à busca de objetivos *parciais*. A condição de sua realização é a força positiva do trabalho, entendido como alternativa sistemática ao modo de controle do capital que deve considerar a si próprio como o princípio estrutural radical do sociometabolismo como um todo”.

⁷ Aqui não se trata de nenhuma inevitabilidade histórica, de nenhum destino pré-concebido. Trata-se da possibilidade real de transcender a auto alienação humana e a lógica do capital, desde que as forças sociais interessadas empreendam conscientemente uma transição histórica viável que marche no rumo deste horizonte.

⁸ Jamerson de Souza (2016, p. 164) fala de um paralelo nítido em que o conservadorismo dos nossos tempos tende a convergir: a ideia de que enquanto mais as classes populares se fizerem presentes nas estruturas contraditórias do Estado, maior será o perigo de um desfecho revolucionário: “Nesse sentido, sua atuação política precisa ser a da contrarrevolução preventiva permanente, lançando mão de instâncias especializadas para a manutenção desse tipo de atividade”. O autor ainda fala de uma aliança no Brasil entre “conservadores e liberais”, em coro comum na acusação de que “as políticas sociais públicas seriam a própria causa dos problemas da sociedade, cabendo, portanto, sua reversão ao mercado.” (SOUZA, 2016, p. 174-175).

⁹ Ver, por exemplo, o artigo “Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social” de Maria Lucia S. Barroco (Serv. Soc. no.124 São Paulo out./dez. 2015).

¹⁰ Ao debater as soluções fundamentais dos problemas da indução na sociologia, Fernandes (1972, p. 98) afirma que tanto Durkheim quanto Weber “[...] apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como algo *concreto*”. Este afastamento da concretude, segundo o autor, se manifesta em Durkheim pela influência do naturalismo, que eterniza relações e modos de organização social especificamente históricos; e, em Weber, apesar da crítica ao método funcionalista, pela arbitrariedade dos “tipos ideais”, que são elaborados de acordo com a conveniência e tendem a ter sua determinação exagerada nos processos sociais.

positivista¹¹ do que marxista. Tais tendências, de maneira aberta ou enrustida, disputam os espaços políticos e acadêmicos da profissão ameaçando seu atual projeto hegemônico e suas conquistas históricas em âmbito de legitimidade social, política e institucional.

[...] a revitalização do conservadorismo profissional com base no neoconservadorismo pós-moderno tem particularidades derivadas não só do momento histórico, mas, sobretudo, do enfrentamento posto pelo movimento de renovação profissional. Ou seja, o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descrédibilização da vertente crítico-dialética e o faz, do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e do ponto de vista ideopolítico, investindo na deslegitimação do projeto ético-político-profissional. (SANTOS, 2007, p. 110-111).

A referida ameaça se manifesta: - em sua obsessão em combater a Teoria Social Marxista com distorções e falsas dicotomias; - na fomentação do irracionalismo e da manipulação que nega a razão dialética e combina acriticamente, de acordo com a conveniência, compreensões antagônicas, produzindo uma sopa eclética de “convicções” ora naturalistas, ora culturalistas; - na invisibilização e no combate às principais categorias que permitem a classe trabalhadora compreender e transformar positivamente a sociedade capitalista, tais como *trabalho, luta de classes, capitalismo e imperialismo*; - na negação da compreensão de totalidade social, tornando-a um privilégio dos que detém o poder e relegando aos explorados e oprimidos somente um “olhar” superficial sob situações efêmeras, descontextualizadas de sua historicidade e de sua interação com os complexos particulares e universais da realidade.

Reafirmamos que para nós é importantíssimo o aprofundamento do debate e das lutas contra todas as formas de dominação e opressão étnicas¹² e de gênero¹³.

¹¹ A metodologia de cunho positivista, segundo Lara (2011, p. 201), “[...] constrói *a priori* os métodos e técnicas de pesquisa antes de aproximar-se do *modo de ser e existir* dos objetos de estudo” (LARA, 2011, p. 201).

¹² Segundo dados da pesquisa PNAD, o rendimento médio dos negros no Brasil é de R\$1570 e dos brancos é de R\$2814 (PNAD *continua* 2017), a taxa de analfabetismo entre os brancos é de 4,2% e entre os negros ou pardos é de 9,9% (PNAD *continua* 2016). A taxa de desocupação entre brancos é de 9,5%, entre pardos é de 14,5% e, entre negros, 13,6% (PNAD *continua* 4º TRI 2017). Estes dados contemporâneos evidenciam a importância de pautar a problemática da situação da população negra nos espaços da produção e da reprodução social no Brasil. Na esteira de Florestan Fernandes, José de Sousa Martins observa que não é em primeiro lugar o proletariado incipiente e frágil que oferece a referência para construir uma interpretação do Brasil. A referência é a escravidão e o que ela fez com a multidão dos negros traficados da África para o cativeiro doloroso nos engenhos, fazendas e estâncias. “E, por essa mediação, o que fez com todos, mesmo com o operariado, sobretudo com as elites, conformando-as nos limites estreitos de uma sociedade de privilégios e não de uma sociedade de competição efetiva, como deveria ser a sociedade capitalista. A escravidão adquiriu sentido e se instituiu em nome do lucro e, portanto, em nome da inserção marginal do Brasil no amplo processo de reprodução ampliada do capital nos centros hegemônicos do capitalismo nascente. A escravidão gerou uma estrutura social vigorosa, produziu instituições duradouras e engendrou mentalidades que persistem de algum modo até nossos dias. Ainda hoje pagamos pesado tributo a essa herança. Não é casual que ainda haja escravidão no Brasil” (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 20).

¹³ Heleieth Saffioti (2013, p. 507) foi pioneira nos estudos sobre a condição da mulher na sociedade de classes, desenvolvendo tal empreendimento “através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção”, buscando desvendar “os mecanismos através dos quais operam as sociedades de economia de mercado, visando à regulação das atividades das duas categorias de sexo de modo a atenuar conflitos gerados pela ordem social competitiva”, num processo em que a “determinação sexo é selecionada socialmente para operar como filtro anterior e concomitante ao processo de competição, objetivando restringir o número de pessoas em condições de, legitimamente, dele participar”. Para Claudia Mazzei Nogueira (2010, p. 61), estudiosa da força de trabalho feminina no Brasil contemporâneo, “[...] o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo”, preservando, em ambos os casos, “os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher”. Portanto, questionar a opressão masculina sob a mulher, segundo Nogueira (2010, p. 61), deve envolver também o questionamento da relação capital/trabalho, uma vez que na lógica

Consideramos inclusive que quando essas relações de dominação e opressão são compreendidas em sua historicidade e no modo como foram apropriadas e perpetuadas pelo modo capitalista de produção e reprodução social, estas ganham ainda mais centralidade, pois passam a ser pautadas em todos os espaços e pelo conjunto dos setores explorados e oprimidos da sociedade.

A respeito da penetração do neoconservadorismo pós-moderno no âmbito da formação em Serviço Social, Josiane Soares Santos (2007, p. 110) observa:

O Serviço Social [...] tem no conservadorismo um elemento central da sua constituição ídeo-teórica e histórica, o que, somado ao sincretismo que lhe é igualmente constitutivo, torna-o um terreno bastante propício a proposições antimodernas e conservadoras, a exemplo do pensamento pós-moderno. O motivo de espanto é que, pela primeira vez após a reconceituação, o conservadorismo profissional não está restrito apenas ao chamado “campo da prática”, onde é reconhecida a dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética [...] A ofensiva neoconservadora pós-moderna tem fortes influências acadêmicas, especialmente no âmbito das ciências sociais.

O referido sincretismo, como vimos, possui uma base ontológica que é medular quando se trata da natureza do Serviço Social enquanto profissão, e advém de sua própria inserção em distintas instituições que operam políticas sociais como mediações que incidem nas multifacetadas expressões da “questão social”. O sincretismo ideológico e “científico” é consequência do sincretismo profissional¹⁴. Ele resulta no diálogo eclético com diferentes áreas das ciências humanas e com diferentes concepções teórico-filosóficas sem o devido rigor, dentro dos limites da fragmentação do conhecimento resultante da *decadência ideológica da burguesia*¹⁵.

Se o sincretismo profissional está ontologicamente vinculado à própria natureza do Serviço Social, isso não significa que o sincretismo ideológico e “científico” não possa ser constantemente submetido a crítica. Tal criticidade pode se desenvolver na busca por superar o eclétismo e a fragmentação do conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade que, paulatinamente, nos aproxime da “ciência da história” projetada por Marx e Engels (2007, p. 86-87) nos seguintes termos:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados

da expansão capitalista “o espaço produtivo absorve cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização”. Essa inserção da força de trabalho feminina, no entanto, não ocorre porque o capital tenha interesse na emancipação da mulher, mas sim pela própria lógica de maior acumulação de valor.

¹⁴ Cabe aqui enfatizar que essas dimensões do sincretismo – profissional, ideológica e “científica” - não estão mecanicamente separadas, ambas interagem entre si e são reciprocamente determinantes.

¹⁵ Ricardo Lara (2013, p. 97) identifica a decadência ideológica da burguesia em três estágios que “[...] apresentam tendências presentes, com maior ou menor incidências, na concepção científica burguesa que levaram água ao moinho das ciências sociais particulares. As categorias fundamentais do pensamento moderno - razão, historicismo e humanismo - tendem a se esgotar no âmbito das “ciências do espírito” da ideologia decadente. A preocupação com o progresso e o futuro, bem como a crença na razão como meio de compreender e transformar a realidade social (herança do iluminismo) vão se esgotando ao longo do avanço da decadência ideológica. O irracionalismo é seu resultado e evidencia a total descrença na humanidade e a aversão à possibilidade radical da emancipação humana pela lógica do trabalho”.

não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história.

Tal pretensão não anula a pesquisa e o estudo das especificidades em suas dimensões particulares e singulares, mas afirma a importância de não as desvincular da universalidade natural e social. O problema da departamentalização e divisão das disciplinas na concepção burguesa de Ciências Sociais não se enfrenta acrescentando propostas “inter”, “multi” ou “transdisciplinares”, mas almejando superar o próprio caráter *disciplinar* do conhecimento. O que envolve deixar de lado a *simples negação* - embebida de preconceitos - da dialética materialista e sua proposta teórico-filosófica totalizante, que não desconsidera as dimensões singulares e particulares e entende a realidade enquanto um complexo de complexos.

Vislumbrando a trajetória da profissão em seu passado mais remoto e mais próximo, José Paulo Netto (2011, p. 150) conclui:

[...] postas as condições do exercício profissional, do arcabouço ideológico e da filiação teórica, o ecletismo era *inevitável*. Para o passado mais próximo, cenário de um relevante processo de renovação do Serviço Social, indicam que a superação do sincretismo ideológico e teórico só é uma alternativa viável se, além de cortar com o seu travejamento original e tradicional, cancelar-se uma pretensão teórico-metodológica própria e autônoma. A experiência mostrou que, mantida esta - e, com ela, sub-repticiamente, *as incidências da tradição positivista (e neopositivista)* - a renovação do Serviço Social reitera o ecletismo.

Reafirmar o projeto de uma formação generalista, envolve estabelecer o diálogo crítico com as mais avançadas tendências no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, o que neste sentido significa uma postura pluralista. Mas é crucial que essa postura combata o ecletismo e reafirme a importância da coerência metodológica e teórico-filosófica na apreensão da realidade social. Há diferença entre ressignificar uma categoria advinda de outra concepção teórico-filosófica deixando nítido sua crítica a esta concepção, e a apropriação acrítica de uma categoria postulada numa concepção antagônica àquela que você pretensamente é signatário, “comprando o seu pacote” sem as críticas e depurações necessárias.

A resistência diante do aprofundamento da barbárie social envolve também o embate ideológico, pois a decadência ideológica da burguesia vem se radicalizando e propagando o irracionalismo e o reacionarismo em níveis alarmantes. Neste sentido, somente uma sólida formação ancorada na profundidade do pensamento crítico-dialético nos colocará a altura do desafio histórico, em termos de análise da realidade e da projeção de táticas e de estratégias coerentes, tanto em nível profissional como das lutas sociais em geral. Isto

envolve pensar, para além da resistência, a *ofensiva* capaz de constituir um verdadeiro bloco histórico contra hegemônico¹⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pressuposto de nossas diretrizes curriculares que afirma o entendimento de que as categorias ontológicas do ser social não podem ser desvinculadas dos demais eixos que abordam a formação social brasileira e o significado social da profissão, já demonstra por si só que as categorias que dizem respeito ao conjunto dos processos de produção e reprodução da vida social não podem ser mais ou menos importantes do que qualquer elemento vislumbrado na realidade sócia. Elas na verdade perpassam todos os âmbitos da existência, pois nenhum ser humano pode abstrair a produção e a reprodução da sua vida e a sua inserção na divisão social do trabalho. Essa compreensão não diminui a importância de nenhum elemento da realidade, pelo contrário, permite compreender como que esses elementos se inserem no âmbito da anatomia da sociedade civil (encontrada na crítica da economia política), e como interagem com a dimensão superestrutural (política, jurídica, ideológica etc.).

Compreender o caráter contraditório do Serviço Social e das políticas sociais envolve, para nós, afirmar sim as potencialidades da dimensão política e das mediações que podem impulsionar um processo contra hegemônico, mas também envolve encarar com realismo e não se iludir com a institucionalidade profissional, entendendo seu caráter limitado e parcialmente histórico. Se o sincretismo profissional é insuperável, consideramos importante submeter constantemente o sincretismo ideológico e teórico à crítica radical ontológica, buscando superar o ecletismo teórico e a fragmentação do conhecimento imposta pela divisão social do trabalho na sociedade burguesa. Para isso é *mister* reafirmar o sentido do método crítico-dialético e desmistificar as distorções e falsas polarizações que buscam superficialmente negar pressupostos fundamentais da teoria social marxista. A superação do sectarismo e do corporativismo entre distintos grupos pode possibilitar uma troca produtiva que resulte em sínteses superadoras que amadureçam os debates em âmbito profissional.

¹⁶ O processo de conformação da contra hegemonia pode ser traduzido como a formação do *bloco histórico*, no qual há uma estrutura social – as classes e grupos sociais – que depende diretamente das relações entre as forças produtivas; mas também há uma superestrutura ideológica e política. Tal afirmação, segundo Gramsci (2001, p. 238), “Conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996.

BARROCO, Maria Lucia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. Número 124. São Paulo out./dez. 2015.

CFESS. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais**. 1993.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, SP: Companhia Editoria Nacional, 1972.

GOMES, I.; MARLI, M. IBGE mostra as cores da desigualdade. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>> Acesso em: 10 jun. 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.

LARA, Ricardo. Introdução aos complexos categoriais do ser social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro _ 2o Semestre de 2015- n. 36, v. 13, p. 269 – 292.

_____. **Produção de conhecimento no Serviço Social: O mundo do trabalho em debate**. São Paulo: UNESP, 2011.

MARTINS, José de Sousa. *Prefácio de A revolução burguesa no Brasil*. In: FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **AURORA**, ano IV, número 6: agosto de 2010.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Tendências ideológicas do conservadorismo. **Tese de Doutorado em Serviço Social.** Recife: UFPE/CCSA/PPGSS, 2016.